

Desenvolvimento: qual o melhor caminho?¹

[Development: which is the best path?]

Lilian K. Fiala

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil
Contacto / Contact: liliankfiala@gmail.com

Abstract: The distance from economic science to the biophysical world has created a science that is not able to relate to reality, creating a blind production system to the consequences of its operation. Thus, it is necessary another vision to seek a development model that can consider both nature and man himself in a more appropriate way. From a questioning of a society that preaches a materialistic welfare two alternative proposals are analyzed: the "prosperity without growth" from Tim Jackson who still uses the traditional macroeconomic model; and the "degrowth" of Serge Latouche, with its total break with the economic science and the search for revolution. Despite differing starting points there is similarity between the objectives of each proposal, mainly the approach to the concept of buen-vivir. Still, the social business appears as an alternative to the incessant and blind pursuit of profit and can be considered a hybrid for the transition to another society.

Keywords: Ecological economics, degrowth, buen-vivir, social business

Resumo: O distanciamento da economia do mundo biofísico criou uma ciência que não é capaz de se relacionar com a realidade, criando um sistema produtivo cego às consequências de seu funcionamento. Assim, se faz necessária outra visão para buscar um modelo de desenvolvimento que possa considerar de maneira mais apropriada tanto a natureza como o próprio homem. Questionando uma sociedade que prega o bem-estar materialista analisa-se duas propostas alternativas: a "prosperidade sem crescimento" de Tim Jackson que ainda utiliza o modelo macroeconômico tradicional; e o "decréscimento" de Serge Latouche, com seu total afastamento da economia e a busca da revolução. Apesar de pontos de partida divergentes há muita similaridade entre os objetivos de cada proposta, ou seja, uma aproximação ao conceito de bem-viver. Ainda, os negócios sociais aparecem como uma alternativa à busca incessante e cega pelo lucro, podendo ser considerado um híbrido para a transição à outra sociedade.

Palavras-chave: Economia ecológica, decréscimento, bem-viver, negócios sociais.

Recibido | Recibed: 26 de junio de 2015

Aceptado | Accepted: 14 de agosto de 2015

Este artículo puede ser citado como | This article must be cited as: Fiala, L. K. (2015). Desenvolvimento: qual o melhor caminho? *Sustentabilidad(es)*, vol.6, núm.12: 160 – 172.

¹Trabalho apresentado no IV *Congreso de Cultura y Educación para la Integración de América Latina* (CEPIAL) – El Buen Vivir, no Chile, em janeiro de 2015.

1. Introdução

O distanciamento da natureza remonta na Economia desde quando esta se tornou ciência e para isso teve que reduzir seu objeto de pesquisa ao sistema econômico – um sistema circular fechado que, desde os fisiocratas, esteve focado no estudo da circulação da mercadoria. Assim, apesar de todas as divergências entre as diferentes escolas de pensamento econômico – dos marxistas aos neoclássicos, dos keynesianos aos shumpeterianos, passando pelos institucionalistas, etc. – todas elas compartilham uma visão de sistema econômico isolado do ambiente natural, amparado pelo paradigma mecanicista. (Cechin, 2010).

Uma mudança de paradigma epistemológico dentro da economia pode ser vista a partir da economia ecológica, que passa a considerar o sistema econômico como um subsistema aberto dentro de um sistema maior – o meio ambiente, que é finito, não-crescente e materialmente fechado. A partir dessa

mudança, a natureza passa a ser vista de forma mais significativa pela economia. Todavia, apesar de importante, somente considerar o meio ambiente ainda não é suficiente. É preciso também tomar em conta o homem neste meio ambiente e sua percepção (ou não) dentro da economia. Assim, este artigo questiona estas relações em uma perspectiva do bem-estar, felicidade e modelo de desenvolvimento / sociedade e trabalha com duas propostas de alternativas: a prosperidade sem crescimento de Tim Jackson, e o decrescimento de Latouche, que coincidentemente buscam os mesmos objetivos. Ainda, é apresentado o modelo de negócios sociais como um possível caminho para essas alternativas.

2. Economia, Natureza e Sociedade

A mudança de paradigma na economia se deu em um primeiro momento pela crítica de Nicholas Georgescu-Roegen², em meados da década de 1960, à metáfora

² Ver Georgescu-Roegen, N. (1965) “Process in Farming Versus Process in Manufacturing: a Problem of Balanced Development”, *Conference of the International Economic Association*, Roma, September.; e Georgescu-Roegen, N. (1966) *Analytical Economics*. Cambridge: Harvard

University Press. Georgescu fez essas considerações sem qualquer apologia à economia ecológica que só foi institucionalizada, em 1989, com o estabelecimento da Sociedade Internacional de Economia Ecológica e com o periódico *Ecological Economic*.

mecanicista utilizada para explicar o sistema econômico pela visão tradicional, o qual poderia ocorrer independente do lugar e do tempo histórico. A economia não pode ignorar o tempo histórico, pois a produção econômica é uma transformação entrópica: não cria nem consome matéria e energia, apenas transforma baixa em alta entropia (Cechin, 2010). O que entra na forma de recursos naturais é transformado e gera resíduos que não podem mais ser reaproveitados. Os recursos naturais uma vez utilizados não são mais passíveis de serem reutilizados da mesma forma como se encontravam inicialmente. Esse caráter temporal é dado pela termodinâmica, mais especificamente a sua segunda lei – a lei da entropia, que afirma que um sistema pode estar orientado apenas numa direção do tempo, justamente porque não pode voltar da maneira como foi, se o seu caminho envolve a dissipação de calor (Ibid).

Se houvesse a possibilidade de usar a mesma energia indefinidamente, “não haveria escassez de fato nem haveria resíduos do processo produtivo, uma vez que se poderia reciclar 100%” (Cechin, 2010: 73) e esse debate seria em vão. Talvez se o objeto da ciência econômica

tivesse sido outro não haveria essas inconsistências e problemas de relação com o mundo real, principalmente, a natureza. Georgescu-Roegen chegou a sugerir um novo propósito para a economia. Para ele,

o propósito da economia deveria ser o controle racional sobre o processo de desenvolvimento, de modo que este servisse às reais necessidades humanas, em vez da expansão dos lucros, das guerras e do prestígio nacional, e de que era necessário substituir o ideal de crescimento por uma visão em que a produção e o consumo fossem subordinados aos objetivos de sobrevivência e justiça. (Cechin, 2010: 212)

Andrei Cechin (2010: 13) afirma que a função das atividades econômicas é a felicidade humana, o fluxo imaterial de bem-estar gerado pelo processo. Manfred Max-Neef (2012) também defende uma outra economia, aquela que tem por finalidade servir às pessoas e não ao contrário. Assim, se por um lado questiona-se a relação da economia com a natureza – na perspectiva da economia

ecológica, cabe também questionar a não relação com a sociedade, com o humano. Afinal, a quem a economia serve?

Essa economia nos fez acreditar que o ter é o que define nossa felicidade, o “bem-possuir”, e que só poderia ser conseguido pelo crescimento. Como diz Jacques Ellul (1998: 93 citado por Latouche, 2012: 3), “a via de acesso à felicidade é a do bem-estar, e somente a dele”. Mas quê bem-estar? Se remontarmos à história do pensamento econômico encontraremos uma relação equivocada de felicidade e bem-estar, como nos apresenta Latouche (2012a: 5) a definição de felicidade pelo consumo de Jean-Baptiste Say, sendo o PIB então a felicidade quantificada. Todavia os responsáveis pela contabilidade nacional declaram que “o PIB e o crescimento não medem o bem-estar, pois não são feitos para isso” (Latouche, 2012a: 5). Afinal, nem tudo aquilo que influi no bem-estar e, portanto, na felicidade, pode ser quantificado, ou seja, não passa pelos mercados. Até mesmo Thomas Robert Malthus, reconhecia este impasse; mas também que a consideração de todas as atividades humanas durante todos os instantes destruiria a economia como

campo específico, assim aderiu ao ponto de vista de Say (Latouche, 2012a: 4).

Ao contrário de proporcionar felicidade, vemos um sistema que privilegia apenas “um bem-estar materialista, destruidor do meio ambiente e do laço social” (Latouche, 2009: 87); um consumo exagerado, competitivo, no qual o status e a diferenciação é o que vale, sendo o “melhor” quem possui mais e melhor, mas sempre em detrimento do outro, ou seja, alguém tem que perder para o outro ganhar. Felizmente, “estamos assistindo à falência dessa felicidade quantificada e, portanto, ao desmoronamento dos pilares imaginários da sociedade ocidental globalizada” (Latouche, 2012a: 3), todavia ainda parece ser um processo lento e tortuoso. Ezra Mishan (1967, citado por Cechin, 2010: 142) aponta “um hiato entre a afluência material das sociedades e o bem-estar e a felicidade humana” e diz que “o crescimento das sociedades afluentes gera desamenidades não mercantis em proporção maior que o crescimento do bem-estar”.

Além desse falso bem-estar, também é importante questionar o modelo que o gera, sustenta e propaga. Um sistema

econômico em que o crescimento é o seu motor e o consumo é ao mesmo tempo seu combustível e seu resultado, incrustando nas pessoas um consumismo desmedido, que, de acordo a Baudrillard (1970, citado por Latouche, 2012a), gera também uma “pauperização psicológica” – um estado de insatisfação generalizada, num processo baseado em uma inovação tecnológica em que o novo já é programado para ficar obsoleto. Esse produtivismo tem o crescimento como mantra que permaneceu incrustado até mesmo no conceito de desenvolvimento sustentável.

Segundo Daly (1991), crescimento é aumento quantitativo, já o desenvolvimento significa melhora qualitativa ou realização/expansão de potencialidades. A confusão em torno do conceito de desenvolvimento sustentável se dá convenientemente, desde a sua definição mais famosa, aquela do relatório da Comissão Brundtland, que estabelece que o desenvolvimento sustentável traria “um novo crescimento de maneira diferente do que se dava no passado, pois irá fazer uma utilização menos intensiva

³Tradução do termo *throughput*, que também pode ser interpretado como ciclo de produção / processo

de materiais e recursos, e não irá destruir a biosfera” (Daly, 1991: 16). Este crescimento era/é defendido principalmente pelos países ditos do Terceiro Mundo como forma de garantir que suas populações, muitas vezes ainda em situação de pobreza e miséria, pudessem / possam ter acesso aos bens materiais necessários a uma vida digna.

[Todavia] generalizar a civilização industrial e o modelo de vida engendrado por ela para toda a humanidade, o que é a promessa do chamado desenvolvimento econômico, seria apressar uma catástrofe planetária que, de toda forma, parece inevitável se não se muda o curso dessa civilização. (Furtado, 1995: 76, citado por Cavalcanti, 2012: 43)

Para Daly (1991), um conceito de desenvolvimento ecologicamente sustentável e que ainda considerasse a eliminação da pobreza seria aquele no qual não houvesse crescimento no nível de transumo³, mas com controle populacional produtivo.

e redistribuição de riqueza – uma definição de uma economia estacionária. Entretanto, segundo Georgescu-Roegen (1971, citado por Cavalcanti, 2012: 42) “crescimento, mesmo zero, representa sempre depleção e, portanto, encurtamento de expectativa de vida da espécie humana”. Apesar dessa visão pessimista, há aqueles como Tim Jackson (2010) que acreditam que é possível uma alternativa buscando uma prosperidade sem crescimento – redefinindo “*a meaningful sense of prosperity in rich nations, a prosperity that is more meaningful and less materialistic than the growth based model*”; uma prosperidade que é uma sociedade mais justa e melhor; significa alcançar o bem viver e o contrário da adversidade e da aflição.

Providing capabilities for people to flourish and, of course, this task has material dimensions; it would be non-sense to talk about people flourishing if they didn't have food, clothing and shelter.

But it's also clear prosperity goes beyond this, has social and psychological aims: family, friendship, commitments, society,

participating in the life of that society. [...] Prosperity is a shared endeavor, is not about standing in the way of development, is not about overthrowing capitalism, is not about trying to change human nature. Is taking a few simple steps towards an economic system for purposes, and at the heart of that economic system we're replacing a more credible, a more robust and more realistic vision of what it means to be human (Jackson, 2010).

Retornamos a questão de buscar um novo propósito para a economia e Jackson propõe a partir da função macroeconômica tradicional, alterando o papel ou a ordem de importância dos fatores e incluindo novos elementos, de modo a buscar uma estabilidade econômica não baseada no crescimento. Vale ressaltar que a proposta de Tim Jackson não propõe crescimento zero total, mas para aqueles países que já alcançarem determinado nível de bem-estar e compreende que é necessário o crescimento para aqueles que não

possuemas condições mínimas de recursos para uma vida digna⁴. (Jackson, 2010).

Há ainda aqueles que preferem se distanciar totalmente do conceito de desenvolvimento para sair da relação com a economia e pensar um projeto totalmente alternativo, que defendem o abandono ao crescimento ilimitado e que fazem crítica até ao desenvolvimento sustentável. Um movimento denominado decrescimento, que segundo Latouche (2009) o termo mais correto seria “a-crescimento”, pois não seria o caso de se defender um crescimento negativo. Reconhece que não é possível mudar de uma hora para outra, pois o funcionamento da economia é baseado por lógicas que fazem com que ao menor sinal de diminuição de crescimento já se entre numa espiral de incerteza, desemprego e aumento da pobreza. Assim, seria preciso uma revolução cultural, das estruturas jurídicas e das relações de produção – que deveria culminar numa refundação política, pois “todos os regimes modernos foram produtivistas: repúblicas, ditaduras, sistemas totalitários, fossem seus governos de direita ou de

⁴Não está no escopo deste trabalho definir ou discutir quais seriam as condições mínimas para uma boa digna ou qual o nível de bem-estar

esquerda, liberais, socialistas, populistas, social-liberal, socialdemocratas, centristas, radicais, comunistas” (Latouche, 2009: 40). Esta revolução necessária para a construção de uma sociedade autônoma ao crescimento é representada pela articulação de oito mudanças interdependentes e que se reforçam mutuamente: reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, relocalizar, reduzir, reutilizar e reciclar; baseadas na inovação política e autonomia econômica.

Outro importante aspecto a ressaltar, apontado por Latouche (2010; 2012b), é a necessidade da descolonização do imaginário, repensar a dominação da economia sobre o resto da vida, na prática e na teoria, mas principalmente em nossas mentes. “Sem serem adoradoras do progresso e da modernidade (o que todos somos em maior ou menor escala), as pessoas ‘do bem’ estão obcecadas pelo medo do retrocesso, que para muitas significa miséria e humilhação” (Latouche, 2009: 73).

razoável para se considerar o crescimento zero. Esta discussão é complexa

Latouche (2012b: 46) aponta pelo menos três motivos pelos quais permanecer na sociedade de crescimento que temos hoje não é desejável: “ela produz um aumento das desigualdades e injustiças; ela cria um bem-estar amplamente ilusório; ela não suscita, mesmo para os que mais se beneficiam, uma sociedade amigável e sim uma antissociedade que padece de sua riqueza”.

“A cultura ocidental só se mantém pelo desejo do resto do mundo de ter acesso a ela” (Baudrillard, 2005 citado por Latouche, 2009: 84). Cabe então fazer uma mudança radical de valores que fundamentam nossas ações e, portanto, nosso modo de vida e relação com o mundo: altruísmo, reciprocidade, cooperação, respeito à natureza, simplicidade voluntária, questionar o conceito de riqueza. Segundo Cechin (2010: 211), “a ética e os valores de uma sociedade é que determinam o comportamento dos indivíduos”. Uma das questões relacionadas a essa mudança de valores é com relação ao trabalho, ou seja, trabalhar menos para viver melhor e redescobrir o sentido da vida – além de ser uma das soluções do decrescimento para o problema do desemprego, também

defendida na prosperidade sem crescimento (Latouche, 2012b; Jackson, 2009). Cechin (2010: 203) ressalta que “para que as sociedades afluentes aceitem restrições ambientais que envolvam sacrifícios em benefícios de populações de outros países e/ou de outras gerações [...], é necessário um sentimento altruísta que induza tais atitudes solidárias”. Será necessário então estabelecer regras que enquadrem e limitem a ganância dos agentes (busca de lucro, do cada vez mais): como o protecionismo ecológico e social, legislação trabalhista, limitação da dimensão das empresas, etc. e favorecer os empreendimentos misto em que o espírito do bem viver e a busca da justiça atenuassem a aspereza do mercado (Latouche, 2012a). Assim, o decrescimento reconhece iniciativas alternativas híbridas, mesmo que não diretamente relacionadas com o movimento, como um passo para a mudança que se quer. Neste sentido, a seguir, apresentamos o conceito de negócios sociais que pode ser um caso de hibridização.

3. Negócios Sociais

A definição de um empreendimento que atenua a aspreza do mercado, com o espírito do bem viver e a busca da justiça social, talvez possa ser encontrada nos negócios sociais, cuja única missão é solucionar um problema social, sendo autossustentáveis e não distribuindo dividendos (Yunus Negócios Sociais Brasil). Ela se encontra entre a organização filantrópica ou organização não governamental e a empresa tradicional, ou seja, tem o objetivo da primeira (maximização do impacto social / ecológico), e se mantém da mesma forma da segunda (autossustentável) – não depende de doações. Os princípios do negócio social, segundo Yunus (2008), podem ser resumidos em sete:

- i. O objetivo do negócio social será a redução da pobreza ou resolver desafios (como educação, saúde, acesso a tecnologia e meio ambiente) que ameacem as pessoas e a sociedade, não a maximização dos lucros;
- ii. Financeira e economicamente viável;

- iii. Investidores recebem de volta somente o valor investido. Nenhum dividendo é pago além do valor investido;
- iv. Depois que o investimento for devolvido, o lucro da empresa fica na empresa para ampliação e melhorias;
- v. Ambientalmente consciente;
- vi. Colaboradores recebem remuneração de mercado com melhores condições de trabalho;
- vii. Fazer tudo isso com alegria;

Entretanto, segundo Yunus (2008), existe um segundo tipo de empresa social que tem o seu benefício social não nas etapas do negócio ou mesmo no seu objetivo principal; mas simplesmente pela propriedade por pessoas pobres e desprovidas de recursos. No primeiro tipo de empresa social apresentado é a natureza dos seus produtos, serviços ou sistemas operacionais que cria o benefício social, pois os investidores estão atrás de satisfação psicológica, emocional e espiritual, em vez de recompensas financeiras (Ibid). No segundo tipo, os bens ou serviços não precisam

necessariamente criar um benefício social, este emana da sua propriedade⁵.

Mastroni (2014b) nos diz que o negócio social não é o único modelo de empresa que deveria existir: “não acho que as empresas tradicionais (focadas no lucro) ou as filantrópicas (focadas na prestação de serviços relevantes à sociedade, sobretudo aos mais carentes) têm que deixar de existir. Eles podem conviver harmonicamente”.

Considerações Finais

A economia, na ânsia de se firmar como ciência e ter o seu campo específico / objeto de estudo delimitado, se afastou da natureza no seu aspecto biofísico, tornando-se, uma ciência distante da realidade, a qual não traz todos os atributos para explicar o mundo em que vivemos.

É certo que não basta pensar apenas no nefasto futuro que nos espera se não mudarmos as premissas que a sociedade ocidental está assentada. Apesar de ser importante é preciso voltar ao presente e começar as ações para que uma mudança se torne realidade. Precisamos de um

⁵Um exemplo deste tipo de empresa social é a

modelo de desenvolvimento ecologicamente sustentável aplicável já no curto-prazo.

Na busca de uma economia humana e que se preocupa com a natureza, encontramos movimentos que advogam pelo fim da busca incessante e cega do crescimento como um modelo de “desenvolvimento”. Enquanto uns preferem ver possibilidades a partir dos mesmos mecanismos macroeconômicos outros preferem se distanciar totalmente da economia na busca de um novo projeto. Apesar das propostas presentes no projeto de “prosperidade sem crescimento” e no de “decrecimento” estarem fundadas sobre diferentes bases, parece que ambos buscam um objetivo comum, qual seja, a reformulação dos valores dos indivíduos para realizar um modelo de sociedade que valorize o ser humano e a natureza e entenda as relações de interdependência. Ainda, os objetivos de ambos também podem ser relacionados ao bem-viver, que é outra forma de resistência, na América Latina, ao modelo capitalista da sociedade, e busca a reinserção do homem na natureza. É com base nos conceitos

MAMMU <<http://www.mammu.lv/>>

defendidos pelo bem-viver⁶ e na crítica ao produtivismo que vemos afinidades com os demais projetos tratados.

Apesar da mudança de paradigma trazida pela economia ecológica e que trouxe uma percepção mais contundente de natureza no sistema econômico, o mundo ainda é regido pelo sistema econômico tradicional, o que faz com que mesmo os modelos alternativos estejam de alguma forma inseridos na lógica deste sistema, os híbridos como chamados pelo movimento do decrescimento.

Embora as empresas tradicionais ocupem um papel necessário na economia atual, o modo como muitas dessas empresas realizam suas atividades ainda de forma deslocada do meio em que estão inseridas, vendo pessoas apenas como objetos de trabalho mostra espaço para (muitas) melhorias. É importante ressaltar que a propriedade de uma empresa por uma pessoa de poucos recursos cumpre com seu objetivo social, no segundo tipo de

⁶Vários entendimentos quanto do bem-viver são encontrados em Houtart (2011), que envolve aspectos variados: um modelo de vida e político, que se baseia na convivência comunitária, igualdade social, reciprocidade, solidariedade, justiça, paz, satisfação das necessidades, amar e ser amado, proteção da cultura e da biodiversidade, uma relação harmônica entre a humanidade e a

negócio social apresentado por Yunus, se, e somente se, todos os demais passos do negócio social também forem respeitados. De outra forma, corre-se o risco de se tornar uma empresa tradicional da sociedade moderna cujo único objetivo é o lucro e se mantém desconectada da realidade – natureza e homem. Neste contexto, os negócios sociais podem ser considerados como um passo para a construção de uma sociedade com outros valores, pois estão mais alinhados com os preceitos de justiça social, responsabilidade ambiental e viabilidade econômica. Pode ser considerado um modelo híbrido, uma transição para uma outra sociedade, principalmente aquela defendida por Latouche e Jackson.

Bibliografia

Cavalcanti, Clóvis (2012), “Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-natureza.

Lilian K. Fiala.

econômica”, *Estudos Avançados*. 26 (74), 2012, p.35-50

Cechin, Andrei (2010), *A natureza como limite da natureza: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen*. São Paulo: Senac.

Daly, Herman E (1991), *A economia ecológica e o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: AS-PTA.

Furtado, Celso (1995), “O exílio na França, retorno ao Brasil; do Ministério da Cultura aos dias atuais”, En Gaudêncio, F. de S.; Formiga, M. (Coord.), *Era da esperança: teoria e política no pensamento de Celso Furtado*. São Paulo: Paz e Terra.

Georgescu-Roegen, Nicholas (1971), *The Entropy Law and the economic process*, Cambridge: Harvard University Press.

Houtart, F. (2011), “El concepto de Sumak Kausay (Buen vivir) y su correspondencia con el bien común de la humanidad”, *Revista Ecuador Debate*, 84, pp.57-76.

Jackson, Tim (2014) *Prosperity without growth? The transition to a sustainable economy*, 30/10/2014,

Desenvolvimento: qual o melhor caminho?

Sustainable Development Commission. Mar. web: http://www.sd-commission.org.uk/data/files/publications/prosperity_without_growth_report.pdf

Idem (2010), “An Economic Reality Check”, En *TED GLOBAL*. 28/10/2014, Oxford England, Jul. web: http://www.ted.com/talks/tim_jackson_s-economic_reality_check

Latouche, Serge (2012a), “Convivialidade e decrescimento”. *Caderno IHU ideias*. Ano 10, n. 166.

Idem (2012b), “O decrescimento. Por que e como?”, En Lenea, P.; Nascimento, E. P (Orgs.) *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade* (45-54). Rio de Janeiro: Garamond.

Idem (2009), *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*, São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

Mastroi, Ricardo (2014a), “Unindo criatividade, empreendedorismo e inovação para solução de problemas sociais”. *Evento Empreendedorismo com foco em Negócios Sociais*. UFPR.

Idem (2014b). *Precisamos quebrar o ciclo de miséria da sociedade*. 31/10/2014, Universidade Federal do Paraná. 22/10/2014b. web: <http://www.ufpr.br/porta.ufpr/noticias/%E2%80%9Cprecisamos-quebrar-o-ciclo-de-miseria-na-sociedade%E2%80%9D-propoe-representante-da-yunus-no-brasil-em-evento-na-ufpr/>

Max-Neef, M. A. (2012), *Desenvolvimento à Escala Humana: concepção, aplicação e reflexões posteriores*. Blumenau: Edifurb.

Mishan, E. J. (1967), *The Costs of Economic Growth*. Londres: Staple Press.

Yunus, M. (2006), *O Banqueiro dos Pobres*, São Paulo: Ática.

Yunus Negócios Sociais Brasil.
<<http://www.yunusnegociossociais.com>>